

Espaço urbano e turismo em Tiradentes-MG

HELICIO RIBEIRO CAMPOS*

Resumo

O espaço urbano é avaliado pela sua dinâmica própria, através de seus loteamentos, seu patrimônio e sua infraestrutura, que lhe dão uma forma, uma maneira de funcionar e um embate de interesses. Para congrega a investigação sobre as relações entre espaço urbano e turismo, a cidade de Tiradentes foi o local que serviu de estudo de caso, cujo escopo é indicar os processos que se fundem para realimentar a atividade turística e a formação urbana.

Palavras-chave: ocupação urbana; patrimônio cultural; infraestrutura; território turístico.

Urban space and tourism in Tiradentes-MG

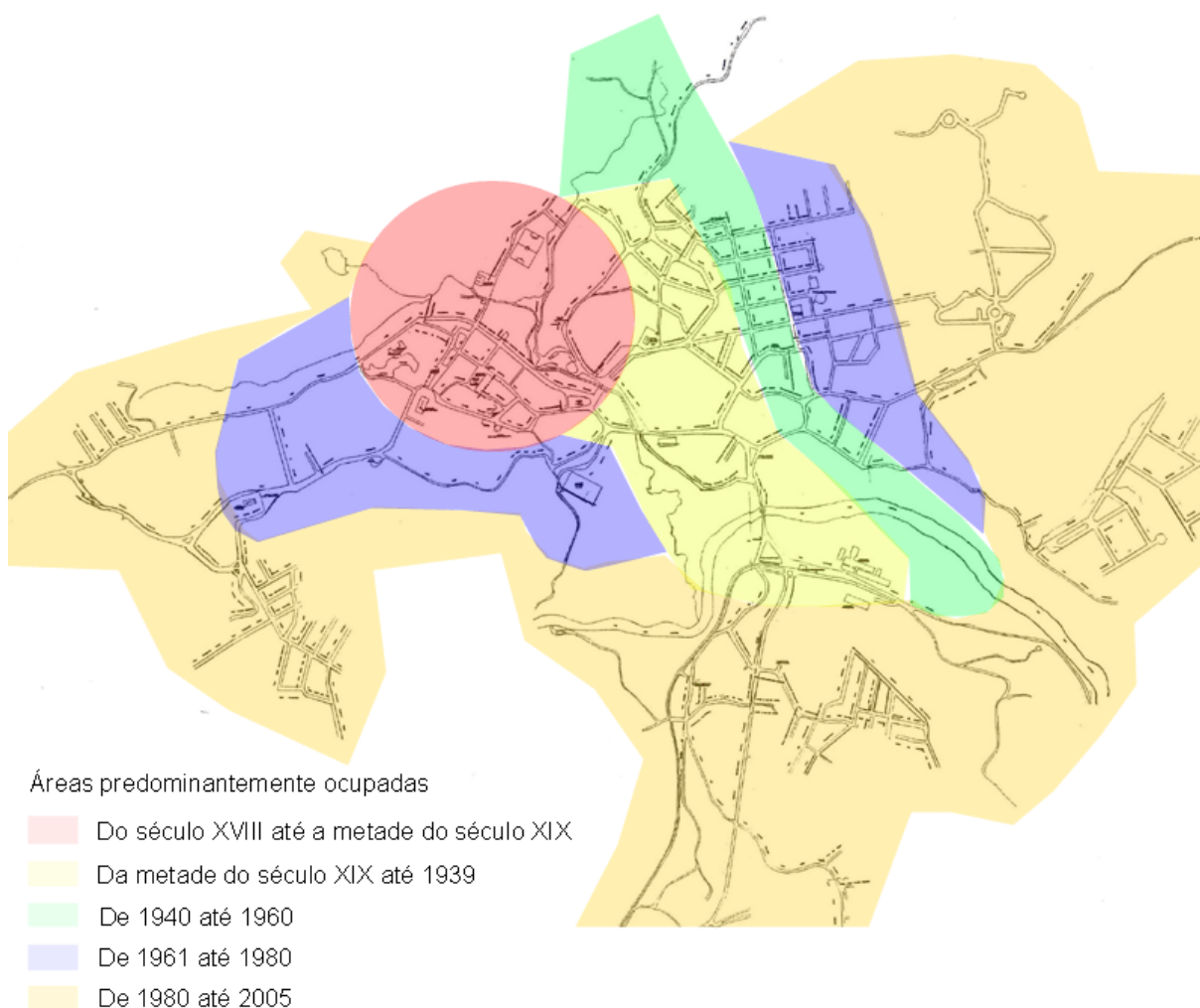
Abstract

Urban space is evaluated by its own dynamics, through its subdivisions, its assets and its infrastructure, which gives it a way, a way of functioning and a clash of interests. To gather research on the relationship between urban and tourism, the city of Tiradentes was the place that served as a case study, whose purpose is to indicate the processes that merge to the regeneration of urban tourism and the urban formation.

Key words: urban occupation; cultural heritage; infrastructure; tourist territory.



* **HELICIO RIBEIRO CAMPOS** é Mestre em Geografia Humana (USP) e professor do IFET.



Mapa 23 - Tiradentes: ocupação cronológica (1702-2005) –
Fonte: CAMPOS, 2006, pág. 128.

1. Introdução

O turismo vem modificando municípios e até regiões em várias partes do Brasil e do mundo, e pode ser considerado como um meio de conhecimento geográfico, pois “(...) se por um lado, entretanto, as paisagens não mudam de lugar, por outro, mudam frequentemente de significado. Acrescida de significado, a paisagem forma o espaço” (CRUZ, 2001, p.17). Em Tiradentes, o turismo é o principal organizador do espaço urbano e, por isso, é o fio condutor deste texto.

A complexidade de relações socioespaciais feitas pelo turismo

transpõe a visão reducionista desta atividade ao aspecto meramente econômico. Historicamente, por exemplo, apropriou-se das conquistas trabalhistas erigidas a partir do século XIX, como férias e 13º salário de um lado; e de outro, aquilo que pode ser um grande diferencial do século XXI, o tempo livre dos trabalhadores, que foram (re)absorvidos em escala planetária como atividades lucrativas pelo capitalismo em sua fase globalizante.

Os empresários do turismo e os gestores públicos de cidades turísticas criam imagens padronizadas, uma espécie de *trade mark* da cidade, pelas quais ela

fica conhecida. Tudo o que estiver fora disso e puder ser percebido pelo turista poderá atrapalhar a hedonização que as viagens ganharam atualmente.

O papel da mídia é o de divulgar os locais turísticos, mesmo que isso não contribua para um conhecimento real do lugar. Geralmente, o turista é atraído por aquilo que lhe parece novo, desconhecido e exótico. Entretanto, uma viagem poderá trazer efeitos dramáticos se houver uma diferença entre aquela imagem que foi “vendida” e se alocou no imaginário do turista e uma realidade distante, distinta. É claro que o padrão cultural do turista poderá levá-lo a ter maior ou menor satisfação com o local visitado. Buscar esse turista de maior nível cultural, e também socioeconômico, transformou-se numa característica do poder público de Tiradentes, a partir de 1997. A estratégia concentrou-se sobre a criação de eventos, como a Mostra de Cinema e o Festival Gastronômico, iniciados em 1998. A ideia era tornar a cidade independente da demanda turística de São João del Rei, já que Tiradentes entrava na programação de sua cidade vizinha apenas como um item a mais e facilitado pela curta distância, apenas 14 km.

Além dos eventos, Tiradentes foi promovida nas diversas mídias, sobretudo pela sua utilização como “cenário” para produções da TV Globo (que já investiu na recuperação de casarios da cidade, através da Fundação Roberto Marinho), além de filmes, como o Menino Maluquinho. De acordo com o levantamento de Tadini Jr. (2005, p.99) junto à Secretaria de Turismo de Tiradentes, no final de 2004, havia uma tendência de a cidade não mais ser representada e participar de feiras e exposições, já que a “marca

Tiradentes” foi considerada satisfatoriamente conhecida.

Segundo Tadini Jr. (2005, p.20), o *citymarketing*, ou *marketing* de cidades, é muito mais do que um procedimento específico para ser aplicado em situações particulares. É mais do que qualquer outro instrumento disponível nas novas políticas urbanas. A emergência e a ascensão do *marketing* na esfera das políticas urbanas na virada para este século, indica também o surgimento de uma nova ideologia de planejamento e ação, uma nova visão de mundo que se impõe na orientação dessas políticas. A década de 1990 é um marco temporal na ideia que hoje relaciona-se com as cidades turísticas como “cidades-mercadoria”. Apesar de toda uma preocupação com a captação de recursos que norteia tais políticas de mercado, o Plano Nacional do Turismo (2003, p.18) revela, em seu diagnóstico, que no Brasil há uma deficiência crônica na gestão e operacionalização de toda a infraestrutura básica (transportes, energia, saneamento e água) e turística.

O objetivo dessa apresentação não é o de se prender aos aspectos positivos ou negativos acerca da atividade turística no espaço geográfico, mas indicar algumas contribuições que podem surgir a partir dos estudos geográficos que consideram as relações entre turismo e espaço, em particular na cidade de Tiradentes-MG.

2. Considerações sobre as relações entre espaço urbano e turismo

Embora, historicamente, as cidades não tenham surgido para atender ao turismo, hoje, cada vez mais, há uma confluência de interesses, sobretudo econômicos, que aproximam a organização e a desorganização internas das cidades das atividades e fluxos do turismo. O

espaço urbano é um reflexo de ações desenvolvidas no passado e no presente, criando e recriando a possibilidade de viver, aprender e de tornar a existência na cidade um campo de símbolos e identidades, de inclusões econômicas e sociais, mas também de isolamento, de exclusão social e de estranhamento com a construção da própria cidade. O espaço urbano é resultante dessa complexa teia de relações, que é mutante, agregadora de valores e que conduz a diferentes interesses, gerando os conflitos sociais e grupais, que voltam a modificar o espaço urbano... numa dinâmica infundável.

Torna-se irrefutável, sobremaneira nas últimas décadas, a influência da atividade turística sobre a modificação do espaço urbano. O turismo cria e reorganiza espaços urbanos ao demandar a utilização de serviços, transportes etc., enfim, infraestrutura. Além disso, apóia-se sobre a organização de instituições públicas e privadas a fim de obter apoio e comercialização, promovendo a atividade. Cria ainda novas relações interpessoais e de afetividade com o lugar, a topofilia, segundo a terminologia empregada por Yi-Fu Tuan (1980), em seu livro *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*.

Os territórios turísticos são ocupados em ciclos, de acordo com o calendário de eventos. Assim, sofrem com períodos opostos: ora subutilizados, ora saturados ou perto disso. Esse fluxo que ocorre em períodos previamente conhecidos, pois são planejados os eventos que promovem a atração de turistas, exerce uma sobrecarga na infraestrutura local. Problemas como falta de água e de banheiros públicos são comuns. Seria positivo se tal fluxo periódico e, logo, gerador de divisas,

criasse também uma sobrecarga de cobranças e atitudes dos gestores municipais.

Sobre os efeitos negativos decorrentes dos fluxos turísticos em cidades históricas, Oliveira (2003, p.12) afirma que isso se dá de uma forma mais intensa, pois elas não foram projetadas para as condições de consumo, de vida e desenvolvimento contemporâneos, afinal as ruas são estreitas, não há locais para estacionamento e o comércio e as lojas dividem espaços com visitantes e residentes.

Um problema a ser resolvido em cidades turísticas é o do crescimento das chamadas “residências secundárias”, pois tendem a aumentar o número de construções e a “mancha urbana”, criando uma necessidade de instalação de infraestrutura. Em cidades históricas, por exemplo, existe uma pressão nas periferias, que tendem a crescer em função da proibição de se construir nos centros históricos. Assim, a horizontalidade das construções em bairros periféricos demanda investimentos elevados, já que a extensão das redes de água e esgoto, por exemplo, passa a ser maior.

Via de regra, a saturação criada sobre a infraestrutura das cidades (turísticas) é sensivelmente perceptível nos setores de transportes, com os congestionamentos e estacionamentos escassos e indevidos, e de oferta de água. As altas temporadas e os eventos de grande fluxo são os detonadores dessa situação, que é fortemente sentida nas pequenas cidades pelo impacto de uma mudança brusca, se comparados tais períodos de atração de turistas com os dias “normais”, de baixa temporada. Isso está posto para que um único fator, o aumento de turistas nas altas temporadas, não se reverta em vilão do turismo e naquilo que Knafo (2001, p.

66) denominou “medo da quantidade”. Trata-se de uma retomada do medo e do mito da superpopulação derivados da velha ideologia malthusiana, agora travestidos sob nomes como “capacidade de carga” e “desenvolvimento sustentável”.

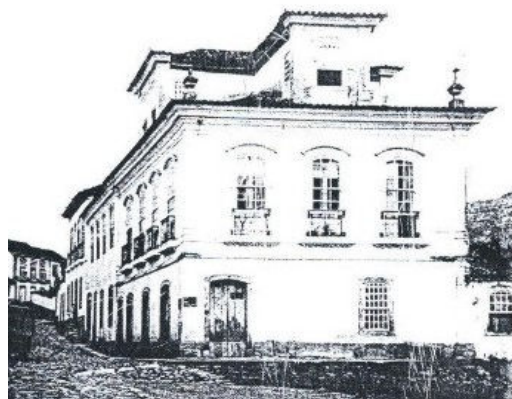
É fato também que muitos loteamentos são lançados sem a devida lisura de seus promotores, que tentam se aproveitar dos interstícios urbanos, nos quais a prévia existência da infraestrutura é um fator de valorização dos imóveis. Dessa forma é possível negociar com classes mais abastadas, das quais é possível a obtenção de lucros maiores. Portanto, o objetivo dos empreendedores é trabalhar com uma demanda solvável, isto é, com os mais ricos. Assim, a saturação ou a proibição de construções em um bairro “obriga” os promotores imobiliários a ofertar bairros que tenham *status*, como acessibilidade, segurança, áreas verdes etc., dentre outros atrativos. Por outro lado, bairros com deficiência de infraestrutura compõem uma característica marcante e frequente das cidades brasileiras, turísticas ou não. Para os promotores imobiliários, trabalhar com as classes populares não traz tantas vantagens econômicas devido aos baixos salários percebidos e porque não podem construir habitações utilizando inovações, as quais uma vez utilizadas, gerariam um valor de uso superior às antigas construções (CORRÊA, 1989, p.21).

Portanto, a questão da qualidade de vida é um mecanismo fundamental para o cotidiano e será tanto mais importante quanto mais envolvimento, cultura e conhecimento a população dispor.

3. Patrimônio, cultura e civilização

Quando observamos uma certa paisagem, estamos diante da afirmação de diferentes sociedades, com técnicas

também diferentes, que caracterizam, assim, períodos históricos, que podem ser identificados através destes fatores abordados (história e técnica). É por isso que os elementos do espaço atual que compõem a paisagem “contam” a sua história. Nesse sentido, Milton Santos (1985, p.49) deixou a conceituação consagrada de paisagem como o resultado do acúmulo de tempos. Como é de domínio público, sabe-se que Tiradentes é uma cidade “histórica”¹, o que lhe imputa o sentido de agrupar diferentes cronologias que ordenaram seu território, o que faz, a um só tempo, de sua forma, também sua função: o turismo.



Prefeitura na década de 1940



O prédio da Prefeitura na atualidade

¹ Segundo a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ONU/UNESCO, de 1972, Tiradentes enquadra-se como uma “cidade histórica viva”, ou seja, possui uma função contemporânea, sem perder vestígios significativos de antigas civilizações (SILVA, 2003, p.89).

É Eduardo Yázigi (2003, p.32) o responsável por lembrar que o radical da palavra civilização indica *processo*, endossando a ideia já arrolada de que a paisagem é formada por um acúmulo de tempo e, logo, também, ela é processual. Para Fernand Braudel (1987, p. 31), as civilizações são espaços geográficos, considerando as terras, os animais, as vegetações “(...) e tudo o que daí decorre para o homem: agricultura, criação, alimentos, habitações, vestuários, comunicações, indústrias”. Para este autor, civilização e sociedade são conceitos que se fundem, sendo que as cidades são uma exterioridade fundamental no processo de afirmação da sociedade. Por isso, cultura e civilização também são encaradas como sinônimos (BRAUDEL, 1987, p. 27). As civilizações “(...) só se colorem diferentemente, em seu topo, depois em sua massa, segundo os mecanismos sociais e econômicos que retiram do circuito do dinheiro a parte reservada ao luxo, à arte, à cultura” (BRAUDEL, 1987, p. 41).

A ligação de tudo isso com o turismo pode ser observada através de certas modalidades de consumo: a primeira se atém ao consumo daquilo que se torna uma espécie de simbolismo do local, ou seja, sua “marca registrada”, como o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, ou a Matriz de Santo Antônio, para o caso de Tiradentes. Tal modalidade de consumo agrupa duas ideias anteriores: a da paisagem, que consagra aquilo que podemos observar, visualizar. Por isso, as imagens são tão valorizadas no turismo: vendem-se filmes fotográficos e postais; empresas e governos produzem *folders* etc. A outra ideia é rebocada pelo fascínio que a produção cultural da humanidade é capaz de imputar. Assim, o turismo conhecido como “cultural” atrai pessoas com

potencial econômico grande e comumente interessadas em “descobrir” o que uma dada sociedade (civilização) produziu (de cultura), numa certa época, como a que caracteriza o Barroco em Tiradentes; a segunda modalidade refere-se ao ávido consumo do exótico, confluindo, para uma “aproximação” da natureza, perceptível na recente procura pelos *lodges* da Amazônia brasileira, para ficar em apenas um exemplo.

No entanto, essas modalidades de consumo podem criar uma alteração contínua em aspectos sociais e naturais, simultânea e continuamente, conforme indicou Milton Santos (1985, p.51), contribuindo para um processo de modificação do espaço geográfico. Desse modo, o patrimônio turístico transformou-se em algo cambiável e lucrativo, assim como os períodos de lazer, o que faz da proteção do patrimônio não só uma ação de salvaguarda das obras culturais de uma época e sociedade, mas também uma garantia de continuidade dos lucros e dos ganhos a perder de vista.

Ulpiano de Meneses (2002, p.88-99) estabelece uma relação entre cultura e o seu uso. Para isso, identificou quatro características que norteiam a ideia de cultura: 1) a cultura é uma *opção humana*, derivada dos valores e atribuições; 2) tais opções revelam que há uma identificação com determinados valores, indicando que a cultura é fruto da aceitação e que, logo, cria um *conflito*; 3) o valor cultural não está nas coisas, mas é produzido nas relações sociais, levando a uma *fetichização* de objetos culturais; 4) a cultura corresponde a uma *necessidade*, ligada à totalidade das experiências sociais e não só a um restrito mundo de significações. Preocupa-se também com o que chamou de *desterritorialização cultural*: como criar prioridades para

aqueles que possuem relações de habitualidade com os bens? Ele mostra outros dois problemas: o da fruição *voyerística*, que conduz à pulsão superficial da visão, à cenarização, à sociedade do espetáculo (embora não cite o filósofo francês Guy Debord); e o perigo de se empreender uma massificação que iniba os legítimos ritmos de contato cultural. Percebe-se uma preocupação deste autor com a necessidade de se tomar a produção cultural sem criar uma sectarização.



Rua Direita na década de 1940



A atual Rua Direita

Convertendo as proposições de Meneses para a realidade de Tiradentes, duas situações se destacam: a primeira refere-se à *cenarização* que ocorre no período da Semana Santa (com um evento para turistas e outro para os que

são “realmente religiosos” e interessados), fato estudado por Giovannini Jr. (2001, p.149-174); e a segunda é a da *desterritorialização*, que ganha sentido no fato de que a população local de Tiradentes, por estar atendendo turistas, nem sempre possa acessar o patrimônio turístico da cidade. Deriva daí o fato de que a titulação ainda não alcançada de “patrimônio da humanidade”, não estimular toda a população de Tiradentes.



Largo do Ó na década de 1940



O atual Largo do Ó

4. Conclusão: algumas questões que interferem na relação entre turismo e espaço urbano em Tiradentes²

Dentre as questões que relacionam o turismo com a ocupação e a mudança recentes no espaço urbano de Tiradentes, podem ser citadas:

² Para saber mais dados sobre aspectos urbanos de Tiradentes-MG, ver Campos (2006), fonte de algumas ideias aqui levantadas.

- 1) Os vários loteamentos promovidos, via de regra, pela Prefeitura Municipal, que já se aproximam do núcleo histórico, ao qual poderão interligar-se. Alguns destes loteamentos serviram de “abrigo” para a classe média local, após a venda de suas casas no núcleo histórico, onde têm um grande valor venal, em detrimento dos novos bairros, que são menos valorizados;
- 2) Os imigrantes, chamados por parte dos naturais de Tiradentes de “ETs”, estranhos de Tiradentes, têm ocupado o espaço econômico e sociocultural local, a exemplo do que já ocorreu com a Secretaria de Turismo. Muitos dos comerciantes instalados nas áreas mais rentáveis e estratégicas, como o Largo das Forras, praça central da cidade, são imigrantes. "Verificou-se, também, que muitos artistas, entre pintores e escultores, resolveram nela fixar residência, inclusive alguns provenientes do exterior" (SIQUEIRA, 2004, p.74). Por seu turno, a população local, não podendo ser proprietária de equipamentos ou serviços de apoio turístico e com baixa qualificação, emprega-se em atividades de baixa remuneração e com longas jornadas de trabalho, em especial na temporada dos eventos. São criados, com frequência, subempregos para a população local. Muitos são empregados dos “forasteiros” ou ocupam atividades não registradas, mas que atendem à demanda turística, como, por exemplo, charreteiros, guias de turismo não registrados etc. Grande parte dos imigrantes é oriunda das principais capitais do país e das cidades próximas. Além disso, coube a todos os naturais de Tiradentes conviver com a inflação de preços decorrentes da exploração do turismo, praticados, por exemplo, nos aluguéis e serviços de alimentação, mas também para a consecução de maiores lucros sobre os turistas³;
- 3) A falta de um Plano Diretor é um dos sérios e comprometedores problemas de Tiradentes. Por isso, certas descaracterizações já ocorreram, como as imitações de estilo, chamadas de “pastiches” pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, que é uma representação do Poder Público Federal com presença na cidade. A partir de 20 de janeiro de 2004 entrou em vigor a Lei de Uso e Ocupação do Solo e um Código de Obras, sob a tutela da Prefeitura Municipal. Lendo-os, é perceptível que, em certos casos, houve uma justaposição de regras que foram tiradas de outras cidades, como é o caso da metragem do afastamento lateral das construções. Como exigir afastamento numa área edificada no século XVIII, durante o período barroco, no qual a ocupação de todos os espaços é uma regra? Durante a realização da Lei, em 2003, quando ainda estava sendo formada, existiam determinações para os edifícios, sendo que na cidade as

³ Informações obtidas a partir de pesquisa em Tiradentes. Ver Campos (2006).

construções limitam-se em até dois pavimentos!

Ainda no campo das legislações, Tiradentes está apenas parcialmente adaptada ao Estatuto da Cidade, lei número 10.257, de 10 de julho de 2001. Em seu artigo 41 (2001, p.426), consta que o plano diretor é obrigatório para as cidades “integrantes de áreas de especial interesse turístico”. Esta “categoria” de cidade não estaria obrigada a criar plano diretor num prazo de cinco anos da entrada em vigor da lei, ou seja, até julho de 2006, mas apenas as que possuem mais de 20.000 habitantes e as que são integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas (2001, p.425). Talvez isso explique a demora para o início de medidas práticas para a consecução de um plano diretor para Tiradentes. Todavia, independentemente desta lei, seria criterioso e sensato que a cidade já dispusesse de mecanismos que orientassem melhor a sua “vida socioespacial”. A Fundação João Pinheiro já elaborou o “termo de referência” que dá as diretrizes para o plano diretor e o seu custo é estimado em R\$ 400 mil, e os recursos já estariam sendo captados (JORNAL DAS LAJES, 13/09/2011). No caso das cidades históricas tombadas cabe também incluir a Legislação do IPHAN.

- 4) A falta do plano diretor interfere na inclusão de Tiradentes como Patrimônio da Humanidade, pois toda cidade que almeja esse

título deve ter o seu plano. Essa é uma das exigências da UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Para a consecução dessa titulação, Tiradentes precisa organizar seu plano diretor como prevê o Estatuto da Cidade, embora tal recurso jurídico ainda não tenha sido “(...) utilizado pelo governo brasileiro para persuadir o Comitê do Patrimônio Mundial da inscrição das cidades históricas brasileiras”, opina Fernando F. da SILVA (2003, p.144). Ele relata que a grande maioria das cidades teve a sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial com base em até mais de um critério. Esta mesma situação pode ser pretendida no caso de Tiradentes, já que o Comitê considera um bem cultural de valor excepcional, quando: a) exerce influência, por um período de tempo ou dentro de uma área cultural específica do mundo, a respeito do desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais”; b) representa um testemunho especial ou no mínimo excepcional de uma civilização ou tradição cultural desaparecida”; c) é um exemplo de um tipo de construção ou conjunto arquitetônico ou paisagem que ilustre significativo(s) estágio(s) da história humana” (SILVA, 2003, p.94). Tiradentes enquadra-se em 3 dos 6 itens considerados pelo Comitê. Os novos usos que os bens históricos têm hoje, diferentemente do passado, não interferem na inclusão das cidades na Lista do Patrimônio

Mundial. Porém, é necessária a “comprovação de que o Estado interessado adotou medidas protetoras ao bem objeto de inscrição” (SILVA, 2003, p.93).

A enumeração dessas situações não encerra todas as relações existentes entre turismo e espaço urbano em Tiradentes, mas tem abrangência sobre relevantes questões que estão construindo a história atual da ocupação da cidade.

Referências

- BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações**. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- CAMPOS, Helcio R. **Transformações urbanas recentes em Tiradentes-MG: anos 80 e 90 do século XX**. 2006. 183f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo, Ática, 1989.
- CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.
- ESTATUTO DA CIDADE. In: Ministério das Cidades, julho 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS/2001/L10257.htm. Acesso em 28/09/2011.
- GIOVANNINI JR., Oswaldo. “Cidade presépio em tempos de paixão”. Turismo e religião: tensão, negociação e inversão na cidade histórica de Tiradentes. In: BANDUCCI JR., Álvaro. e BARRETO, Margarita. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papyrus, 2001. p. 149-174.
- JORNAL DAS LAJES. Tiradentes: descompasso entre os avanços econômico e político. In: Jornal das Lajes, 13/09/2011. Disponível em www.jornaldaslajes.com.br. Acesso em 24/09/2011.
- KNAFOU, Remy. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 62-74.
- MENESES, Ulpiano de. A paisagem como fator cultural. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana F. e CRUZ, R. de Cássia (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo, Hucitec, 2002. p. 29-64.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas (2003-2007)**. Brasília, 2003. Disponível em www.embratur.gov.br. Acesso em 25/09/2011.
- OLIVEIRA, Francisco. **Capacidade de carga nas cidades históricas**. Campinas: Papyrus, 2003.
- OLIVEIRA, J. dos Santos et al. Subsídios para elaboração do plano diretor do Município de Tiradentes – MG. In: Arquitextos, ano7, maio 2008. Disponível em www.vitruvius.com.br/arquitextos. Acesso em 25/09/2011.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo, Nobel, 1985.
- SILVA, Fernando Fernandes. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo-Petrópolis: EDUSP, 2003.
- SIQUEIRA, Lauren. **A saturação dos suportes urbanos decorrentes dos grandes fluxos turísticos em Tiradentes-MG**. 2005. 87f. Monografia (Bacharelado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005.
- TADINI JR., Ângelo. **Citymarketing como ferramenta do desenvolvimento local: um estudo de caso na cidade de Tiradentes-MG**. 2005. 98f. Monografia (Bacharelado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.
- YÁZIGI, Eduardo. **Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer**. São Paulo: Contexto, 2003.